

POORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XLI • Nº 423
Brasília-DF • Março 2020

Com apoio do Cimi,
Terra Indígena
Carretão fortalece
segurança alimentar

Páginas 13, 14 e 15

II Encontro da
Juventude Indígena
do Nordeste debate
terra e identidades

Páginas 11 e 12

A NOVA AMEAÇA DE GENOCÍDIO

A covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), chegou às aldeias em meio a um dos momentos históricos de mais ataques aos direitos dos povos indígenas. Racismo estrutural e ineficiência do governo Bolsonaro marcam início do combate à pandemia

Páginas 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10

Covid-19 e os povos indígenas: a tragédia que vai além do vírus

Quando o novo coronavírus (Sars-CoV-2) e a sua doença, a covid-19, fizeram a primeira vítima indígena, uma mulher Borari de 87 anos, que morreu na vila de Alter do Chão, em Santarém (PA), no dia 19 de março, três dias depois da primeira morte por covid no Brasil, em São Paulo, as organizações indígenas e suas aliadas indigenistas passaram a alertar para o risco de genocídio entre as populações indígenas.

O enorme passivo de terras com procedimentos demarcatórios paralisados ou sequer iniciados, os graves problemas sanitários enfrentados nas aldeias, caso da Reserva Indígena de Dourados (MS), onde os Terena e Guarani Kaiowá chegam a ficar meses sem acesso à água potável, e a crescente invasão aos territórios com o incentivo pessoal de Jair Bolsonaro estão integrados ao desmonte da política indigenista estatal.

Tomando por base este cenário, e a rapidez de propagação do vírus a abrir covas e mais covas sobrecarregando cemitérios, lideranças indígenas passaram a exigir medidas urgentes. Se em circunstâncias normais o acesso dos povos indígenas ao subsistema de saúde indígena é bastante precário, o número crescente de doentes e o iminente colapso do sistema público traça um caminho de desassistência.

Ou seja, tudo aquilo que os governos anteriores não conseguiram realizar na amplitude da política

indigenista, e que o atual, sem nenhum constrangimento, se nega publicamente a fazer, mantém condições sociais altamente vulneráveis para que a covid-19 seja a versão século XXI das epidemias que dizimaram milhares de indígenas em séculos anteriores. Essa é a gravidade da situação e vai além do vírus.

Mas diferente de outros momentos históricos, os povos indígenas adotam medidas de autoproteção; caso das barreiras sanitárias. A Fundação Nacional do Índio (Funai) bolsonarista se opõe a tais medidas autônomas preferindo os povos reféns do imobilismo planejado do órgão. Para os indígenas em contexto urbano, a situação ganha contornos dramáticos porque a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) decidiu, como demonstração de racismo institucional e afronta à Constituição, não assisti-los.

Em suma, as posturas e decisões do governo Bolsonaro extrapolam o campo da incompetência e se acumulam num amontoado contundente de provas concretas para embasar acusações futuras, em tribunais internacionais, de prática de genocídio. Enquanto isso, é preciso lidar, por exemplo, com os Distritos Especiais de Saúde Indígena (Dsei) desabastecidos de insumos sanitários básicos para enfrentar a pandemia. A história se repete, agora como tragédia.

Porantinadas

Da caserna ao Subsistema de Saúde Indígena

O secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Robson Santos da Silva, é um dos inúmeros militares que saíram da caserna para lidar com a complexidade da saúde pública no Ministério da Saúde. Com a mesma postura de quem comanda uma tropa de soldados rasos, com ordens sem explicação e sem aceitar questionamentos, o secretário tem tocado a Sesai.

Subnotificação atrapalha ações e estatísticas

Uma de suas ordens do militar é para que a Sesai só atenda e inclua nas estatísticas indígenas "aldeados" vítimas da covid-19. Os "não aldeados" que se lancem ao SUS convencional. A decisão é alvo de muitas críticas do movimento indígena, Ministério Público Federal (MPF), indigenistas e cientistas. Além de inconstitucional e de racismo institucional explícito, a medida gera subnotificação porque o SUS não especifica quais pacientes atendidos com a covid-19 são indígenas. Por sua vez, a subnotificação oculta dados e reduz a capacidade de atender os povos. Combinação mortífera.

Insumos sanitários não chegam

Para completar o quadro, os Distritos Especiais de Saúde Indígena (Dsei) estão com dificuldades de receber insumos sanitários para enfrentar a pandemia. A Sesai tem pressionado os coordenadores a dizer que o abastecimento tem ocorrido, mas o movimento indígena aponta quantidades insuficientes de máscaras, álcool em gel, sabão, inclusive equipamentos de proteção individual para profissionais de saúde.



Mais um Guajajara tomba! Até quando?

Em mais um triste caso de assassinato de lideranças indígenas no Maranhão, Zezico Rodrigues, do povo Guajajara, foi morto a tiros no dia 31 de março na Terra Indígena Arariboia

Arquivo Cimi Maranhão

É com profunda tristeza e indignação que noticiamos a morte de mais uma liderança indígena que lutava contra invasões e roubo de madeira em seu território. Zezico Rodrigues, do povo Guajajara, foi encontrado morto a tiros no dia 31 de março na Terra Indígena (TI) Arariboia, município de Arame (MA).

Professor e diretor do Centro de Educação Escolar Indígena Azuru, na aldeia Zutiwa, Zezico tinha forte atuação em defesa do território tradicional do povo Guajajara. Como liderança, posicionava-se contra a derrubada da floresta e vinha denunciando a crescente presença de invasores e o roubo de madeira na TI Arariboia. No último dia 29, Zezico havia sido nomeado coordenador regional da Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Arariboia (Cocalitia).

Com o assassinato de Zezico Rodrigues, o número de homicídios registrados contra indígenas do povo Guajajara desde o ano 2000 chega a 49 – sendo 48 deles no Maranhão e um no Pará, conforme dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Apenas nos dois últimos meses de 2019, quatro indígenas Guajajara foram assassinados. Entre eles, Paulo Paulino Guajajara, que era integrante do grupo de Guardiões da Floresta, formado pelos próprios indígenas para monitorar e defender seus territórios tradicionais frente à presença de invasores.

Após estes assassinatos, o ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro autorizou o emprego da Força Nacional de Segurança Pública na Terra Indígena Cana Brava Guajajara, no Maranhão, por 90 dias. No entanto, não foram implementadas medidas para garantir a contínua proteção dos territórios e de seus povos, e a violência persiste na região.

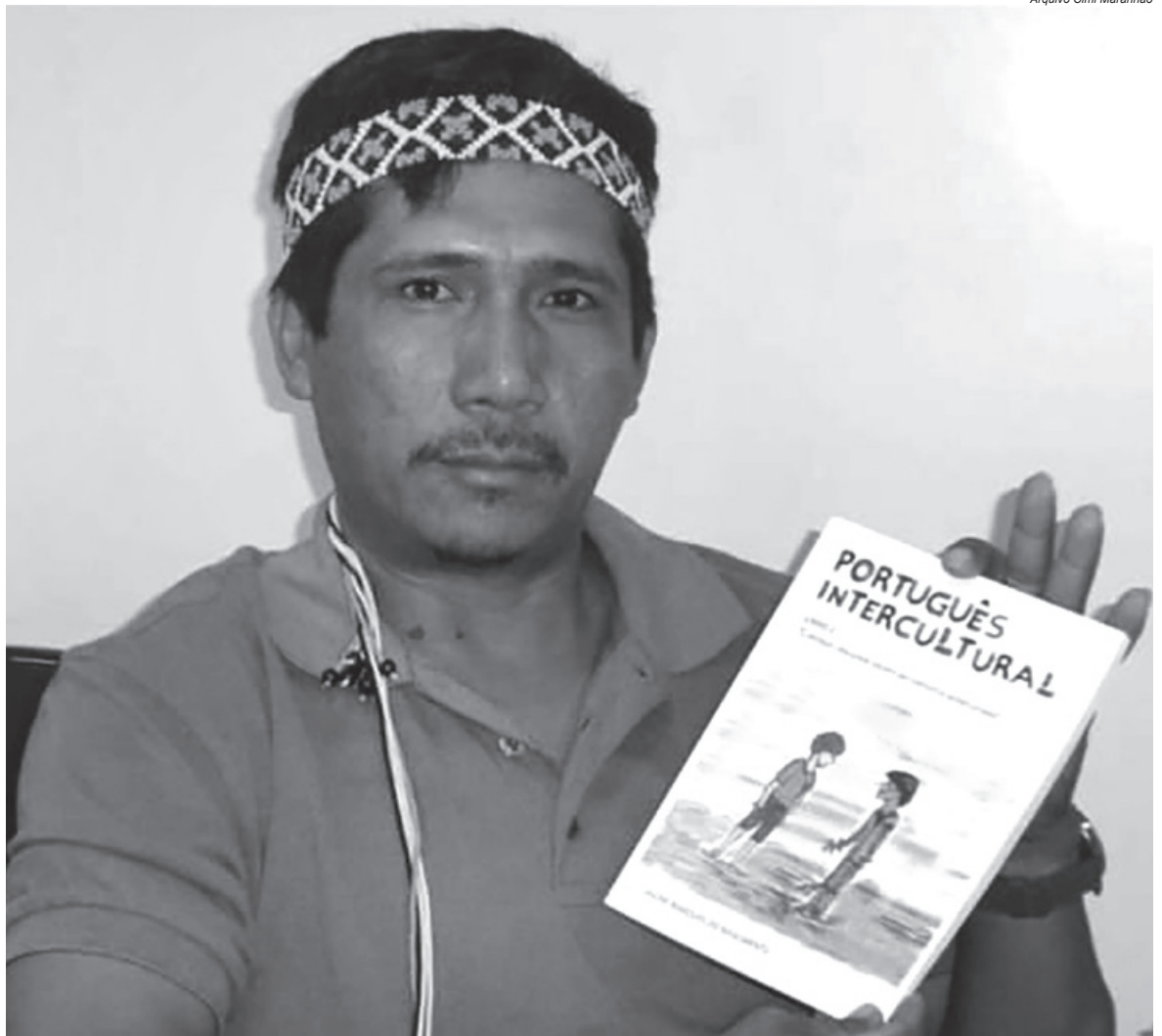
Na sequência destes casos, em janeiro deste ano, Jair Bolsonaro declarou: “Mais de 15% do território nacional é demarcado como terra indígena e quilombols. Menos de um milhão de pessoas vivem nestes lugares isolados do Brasil de verdade, exploradas e manipuladas por ONGs. Vamos juntos integrar estes cidadãos e valorizar a todos os brasileiros”.

Este convite do presidente da República à invasão e integração forçada é responsável pela violência crescente em diversas terras indígenas pelo país. Seus fanáticos seguidores se sentem à vontade para invadir os territórios, criar dissociações, ameaçar e atacar lideranças indígenas. O que ocorre também nas cidades do entorno das terras, caso do recente assassinato de Demilson Ovelar Mendes Avá-Guarani, no oeste do Paraná.

O impressionante número de homicídios contra o povo Guajajara, muitos dos quais sem punição ou mesmo investigações conclusivas, soma-se a um contexto de constantes invasões às terras indígenas, especialmente por madeireiros, garimpeiros e grileiros.

A situação vivenciada pelo povo Guajajara é trágica e exemplar em relação ao contexto de vulnerabilidade a que muitas comunidades indígenas estão expostas em todo o Brasil – mesmo as que vivem em terras já demarcadas e, em tese, contam com a proteção do Estado.

Zezico também era um defensor dos direitos do grupo Awá-Guajá que vive em situação de isolamento voluntário na TI Arariboia. O assédio cotidiano de invasores numa terra com presença de indígenas isolados,



Zezico Guajajara era professor e diretor da escola indígena da aldeia Zutiwa, na TI Arariboia

A situação vivenciada pelo povo Guajajara é trágica e exemplar em relação ao contexto de vulnerabilidade a que muitas comunidades indígenas estão expostas – mesmo as que vivem em terras já demarcadas

grave por si só, torna-se ainda mais preocupante em meio à pandemia global do coronavírus.

O contexto de risco à saúde dos povos indígenas acentua um cenário que já é crítico e torna ainda mais urgente que o governo federal tome providências para garantir a segurança dos povos indígenas, suas vidas e seus territórios.

Atualmente, contudo, a estratégia do governo Bolsonaro tem sido pautada pelo desmonte da política indigenista, que se evidencia na não demarcação de terras indígenas e no abandono, pela Funai, de ações judiciais que discutem a permanência dos povos em terras sob litígio. Na última semana, de maneira irresponsável e em meio à pandemia de coronavírus, o presidente da Funai anulou a demarcação da Terra Indígena Guasu Guavira, no Oeste do Paraná. Soma-se ao cenário de desmonte a redução de ações de fiscalização e um discurso que incentiva a invasão de

terras demarcadas e consolidadas, citando como casos exemplares as terras indígenas Arariboia, Karipuna, em Rondônia, e Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Em solidariedade aos familiares de Zezico e ao povo Guajajara, exigimos que:

1 – o Poder Público realize ações de fiscalização e proteção na Terra Indígena Arariboia, assim como nas outras terras indígenas do Maranhão, e que retire imediatamente os invasores, especialmente em meio à pandemia da Covid-19.

2 – o Estado responsabilize os invasores e os responsáveis pelos assassinatos de lideranças Guajajara e de outros povos indígenas.

3 – o Estado garanta medidas emergenciais de proteção aos povos isolados e à saúde dos povos indígenas.

4 – que os Três Poderes, especialmente o Poder Executivo, cumpram com sua obrigação constitucional de demarcar, fiscalizar e proteger todas as terras indígenas do Brasil.

E conclamamos o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Organização dos Advogados do Brasil (OAB) acionem a Justiça para garantir os direitos indígenas, sobretudo à proteção e demarcação territorial.

Zezico presente!

Centro de Trabalho Indigenista (CTI)
 Conselho Indigenista Missionário (Cimi)
 Greenpeace
 Instituto Socioambiental (ISA)

A grande pandemia

Por Lenira Djatsy*

Houve um tempo em que os povos nhandewa viviam felizes em suas terras e nada de mal os assolavam no território que Nhandedjary preparou e que por muito tempo habitavam seus ancestrais. Os padrinhos Kwaray e Djatsy os iluminavam todos os dias e cada dia era um novo dia para refazer tudo o que realizavam coletivamente. A cada amanhecer o Nhanderuwitxa (que era o Grande Líder) era sempre o primeiro que acordava e já se conectava com Nhandedjary através da Tatatinadjara (o poder da Fumaça) depois que acendia o tata-gwaçu (a grande fogueira) no centro da tekoá. Ali ele pedia e agradecia por todos. Então o Grande Líder otsapukai chamava a todos:

– Nein ke! Pepu’ã pame! Pedju ko apy!

E aos poucos todos iam acordando e chegando: os txondaro-kwery, os konomin-gwe, as kunhatain-gwe, kunhan-gwe, mitan-gwe, nhaneramõe-kwery e por fim nhandetsy-kwery e iam formando um grande círculo em torno do tata-gwaçu para agradecerem também. Todos cantavam e dançavam para Nhanderu-utsu (nosso Grande Pai que também é o Nhandedjary o Criador). Então, iniciavam-se as atividades: txondaro-kwery iam buscar o pirá no jekí que deixavam armado na beira do rio, os konomin-gwe iam procurar djapeá para não deixar o fogo apagar, as kunhatai-gwe traziam yy para as nhandetsy fazer o mbaipy de milho colhidos na tarde anterior, no último dia do Ará Pyaú. Enquanto isso, as mitan-gwe brincavam, observavam e algumas até auxiliavam felizes nas atividades cotidianas. E todos os dias eram assim e quando anoitecia todos se juntavam novamente, ao redor do tata-gwaçu, após uma refeição coletiva, para agradecer a Nhandedjary pelo dia concluído e descansar para dar continuidade novamente no outro dia. E assim eram todos os dias. Aquele povo era muito abençoado por Nhanderu-utsu sendo prósperos em meio a natureza. Certa noite, o Nhanderuwitxa (O Grande Líder) teve um sonho e no sonho Nhandedjary pediu para que alertasse o seu povo, pois haveria uma grande tribulação naquela terra e pediu para todos se isolassem na Tupã Roká (na Grande Oka). Pediu também que guardassem as sementes sagradas, levassem muitos peixes, levar os animais que puderem, e muito djapeá para o fogo. Amanheceu e o Nhanderuwitxa nem tinha conseguido voltar a dormir tentando elucidar o significado daquele sonho. Então, como de costume o Nhanderuwitxa chamou a todos:

– Nein ke! Pepu’ã pame! Pedju ko apy! Amombe’u pamé mba’e atxara’u. Nhanderu-utsu oporandu amboatsa awã pendewy!

E na reunião matinal o Nhanderuwitxa contou a todos sobre o sonho. Ali todos rezaram, cantaram e dançaram pedindo a proteção de Nhanderu-utsu. Prepararam-se em três dias e se fecharam na Grande Oka. Todos obedeceram os mandamentos de Nhanderu-utsu menos um txondaro que não quis dar ouvidos às palavras do Grande Líder e embrenhou-se na selva achando que nada de mal iria acontecer, pois estava em meio à natureza, que era o seu lugar e conhecia cada palmo daquelas terras. Enganou-se. E assim aconteceu. As nuvens começaram a se revirar no céu e o dia foi dando lugar a um grande breu e não se enxergava mais nada. Tudo que era belo foi ficando feio. Então veio o Anhã (o Espírito mal) e espalhou mba’e atsy (doenças e pragas) por toda a terra e a terra ficou seca e doente... E nada sobreviveu a essa Pandemia... Ao se passar os quarenta dias o nhandewa desobediente ficou muito doente e debilitado e não conseguia mais nem se arrastar para se esconder ou procurar algo para comer ou alguma erva curadeira para se fortalecer. Não achou mais nada.



Protesto Guarani, em São Paulo, por melhorias no subsistema de saúde indígena

Não restou nada. E o nhandewa falava com Nhandedjary:

– Apy aikó! Anhimboatsy! Ma’e txewy!!

Mas Nhanderu-utsu não ouviu. E o nhandewa procurou pelo seu povo, mas não o achou. Os outros que estavam na Tupã Roká sobreviveram os quarenta dias rezando, cantando e dançando para Nhandedjary e ficaram muito mais fortalecidos para o recomeço. Depois que Nhandedjary limpou a terra de todo o Mal abriram-se as portas da Grande Oka e todos saíram para o replantio, mas a terra já não estava tão devastada e as mitan-gwe corriam felizes e esparramavam as sementes sagradas para todos os lados e os rios foram se enchendo novamente, cada vez mais límpidos, as árvores cresciam mais rápidas que o normal e os pássaros dançavam e cantarolavam ao refazerem os seus ninhos. Passou-se algum tempo, não se sabe ao certo quanto, até que encontraram aquele nhandewa muito raquítico, esquelético, quase um morto vivo e o carregaram para dentro da Grande Oka onde todos passaram

mais três dias e três noites rezando e cuidando daquele txondaro com ervas de cura. Deram-lhe comida e água e colocaram em seu pescoço um Mbo’y Pyaú Marãegatu (um Colar Novo e Sagrado) somente com sementes de Capiá. Logo ele se reestabeleceu e foi nomeado como um grande Líder, o chefe dos txondaro-kwery, o Txondaro Ruwitxa. E o Nhanderuwitxa chamou a todos:

– Pedju pamé pendu awã! A a’e oikó Txondaro Ruwitxa nhande tekoá-py! Nein ke! Petsapukai!

E assim que a terra ficou limpa tudo voltou ao normal. E Nhanderu-utsu viu bondade no coração de todos e os abençoou para sempre e perpetuaram toda a terra, pois era uma nova terra, uma Terra sem Males. A’ewe’i!

Escrevo este texto junto com a família em isolamento social contra a pandemia da COVID-19, que assombra o planeta neste exato momento.

*Lenira vive na aldeia Nhamandu Mirim, Terra Indígena Piaçaguera, em Peruíbe (SP)

A indiferença do governo diante dos povos indígenas

Alerta o Arcebispo de Porto Velho e presidente do Cimi, dom Roque

Por Ass. de Comunicação - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Diante da situação do avanço do novo coronavírus, o Conselho Indigenista Missionário, o Cimi, decidiu recomendar, por meio de uma nota, a todos os seus missionários os cuidados necessários no que diz respeito ao contato com os indígenas. Entre as medidas, o organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), expõe que é preciso evitar visitas a aldeias e cancelar encontros e reuniões que possam expor indígenas e suas comunidades à contaminação.

Estes cuidados, segundo a nota, buscam contribuir para a preservação da saúde dos povos indígenas e decorrem da responsabilidade assumida pelo Cimi junto aos povos, levando em consideração a vulnerabilidade, sobretudo, das populações indígenas recém contatadas e sem contato.

Em entrevista ao portal da CNBB, o arcebispo de Porto Velho (RO) e presidente do Cimi, dom Roque Paloschi, disse que a tendência é que as comunidades sejam obrigadas a sair de seus territórios, por falta de assistência do governo. “O Cimi tem essa preocupação, pois o governo aproveita a situação para retirar toda a assistência das comunidades, que já é uma assistência precária, com tantas lacunas, e aí o caos vai se estabelecendo”, critica.

Dom Roque salientou que as ações que vêm sendo tomadas por parte do governo junto aos povos indígenas são tímidas: “É como se nada tivesse acontecendo, ou seja, na indiferença diante da realidade dos povos indígenas”. O arcebispo afirma, ainda, que os próprios

povos têm tomado iniciativas, mas que isto não é o suficiente.

Dados apontam que doenças respiratórias já são a principal causa de morte entre as populações nativas brasileiras. Em 2018, segundo o Ministério da Saúde, doenças infecciosas e parasitárias – tipos de enfermidades considerados evitáveis – foram responsáveis por 7,2% das mortes ocorridas entre indígenas, ante uma média nacional de 4,5%. Entre crianças indígenas com menos de um ano, doenças respiratórias foram responsáveis por 22,6% das mortes registradas em 2019, índice só inferior ao de mortes causadas por problemas no período perinatal (24,5%).

No atual cenário, de pandemia, as preocupações com os povos indígenas aumentam. Dom Roque contou que o Cimi tem recebido muitos pedidos de ajudas em várias partes do Brasil. No Estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo, o arcebispo disse que estão sendo negadas coisas básicas e que isso tudo levava a uma situação de desespero. “É urgente que o governo através da Funai, da Saúde Indígena tomem medidas de atenção aos povos indígenas na área da saúde, assistência, com recursos humanos e econômicos, de infraestrutura”, chama atenção o arcebispo.

Dom Roque reiterou que se essa situação não for levada imediatamente em consideração, os povos indígenas correriam o risco de serem obrigados a saírem dos seus territórios em busca de assistência. “E aí nós sabemos o que pode acontecer!”, sublinhou. Em meio ao caos, ele agradeceu a generosidade de pessoas, comunidades e grupos que tem procurado ajudar naquilo que é possível às comunidades indígenas.

Covid-19: MPF recomenda ações emergenciais de proteção à saúde dos povos indígenas

Por Assessoria de Comunicação – Procuradoria da República no DF

Ministério Público Federal (MPF), preocupado com o avanço da covid-19 e com as graves consequências aos povos indígenas, recomendou uma série de medidas e ações para as autoridades responsáveis pela saúde indígena. Entre as medidas recomendadas ao Executivo estão a inclusão dos indígenas em grupo prioritário de vacinação contra gripe, o fornecimento de alimentos e produtos de higiene, a descentralização de recursos e de licitações para aquisição de material de combate e prevenção à nova doença, bem como a distribuição de insumos laboratoriais como testes PCR e sorologia.

A aquisição e distribuição de kits de oxigênio, equipamentos de proteção individual para os profissionais das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena, a promoção de condições de comunicação e transporte aéreo, terrestre e fluvial de emergência e a garantia da presença de equipes de saúde em todas as terras indígenas também são providências indicadas. O MPF cobra ainda a elaboração imediata, pela Funai, do plano de ação para prevenção e tratamento da covid-19 entre indígenas, ressaltando que “há risco de propagação exponencial da doença, afetando muitos indígenas em uma mesma aldeia, o que demanda, por parte da atenção de média e alta complexidade, a oferta de leitos e aparelhos (sobretudo respiradores) em quantidade suficiente para atendimentos simultâneos”.

“O cenário de risco de genocídio dos povos indígenas reclama ações emergenciais dos órgãos e entes públicos, Secretaria Especial de Saúde Indígena, União, Estados e Municípios, de forma complementar, coordenada e integrada, sobretudo na prevenção da disseminação da doença entre os povos indígenas, mas também na garantia do pleno atendimento, evitando a ocorrência de ‘pontos cegos’ e a evolução dos casos eventualmente constatados decorrente da demora no atendimento”, argumentam os 32 procuradores que assinam a peça.

Todas as medidas devem assegurar o atendimento, de acordo com o regramento constitucional da saúde indígena, que prevê atendimento específico e diferenciado para esses povos, com respeito às suas práticas e tradições para todos os indígenas do país, independente do local onde vivem: quem vive em centros urbanos ou fora de terras indígenas já reconhecidas também deve receber os cuidados para evitar a expansão do novo coronavírus

O MPF sustenta que as medidas de restrição de acesso em vigor atualmente não garantem proteção territorial suficiente para evitar o contágio dos povos

A Funai deve implementar imediatamente medidas de proteção territorial em todas as terras indígenas identificadas ou delimitadas, declaradas ou homologadas, de modo a impedir ou retirar invasores, especialmente garimpeiros e madeireiros, a fim de prevenir o contágio dos indígenas pelo novo coronavírus



Indígenas temem que missionários fundamentalistas levem doenças ao Vale do Javari

indígenas pelo novo coronavírus. Isso porque dezenas de terras indígenas sofrem com invasões de garimpeiros, madeireiros, dentre outras atividades criminosas, que induzem fluxo constante de não indígenas nestes territórios, tornando ineficazes as políticas sanitárias e de isolamento social. Por esse motivo, a Funai deve implementar imediatamente medidas de proteção territorial em todas as terras indígenas identificadas ou delimitadas, declaradas ou homologadas, de modo a impedir ou retirar invasores, especialmente garimpeiros e madeireiros, a fim de prevenir o contágio dos indígenas pelo novo coronavírus.

O documento recomenda também que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei) articulem a locação ou a cessão de espaços adequados para que seja possível realizar quarentena nas cidades para os casos suspeitos ou confirmados, além das Casas de Saúde Indígena, garantindo o isolamento e o distanciamento necessários. Nesse sentido, pede ainda a garantia de acesso à informação pelos povos indígenas e profissionais da saúde, com intensa periodicidade, acerca das formas de prevenção do contágio do novo coronavírus, dos riscos, da sintomatologia e do tratamento.

Outra preocupação do MPF é com o constante trânsito de indígenas nas cidades próximas de territórios indígenas, por causa da necessidade de acesso a direitos como aposentadoria e outros benefícios. À Funai e à Sesai, o MPF pede que sejam elaboradas, com urgência, estratégias para que os povos possam acessar esses direitos sem precisar se deslocar até as cidades. Os órgãos também devem fornecer alimentação e materiais de higiene às aldeias, pelo mesmo motivo.

A Funai deve implementar imediatamente medidas de proteção territorial em todas as terras indígenas identificadas ou delimitadas, declaradas ou homologadas, de modo a impedir ou retirar invasores, especialmente

O MPF lembra que doenças respiratórias virais como a que é provocada pelo novo coronavírus “foram vetores do genocídio indígena em diversos momentos da história do país, com dezenas de casos de genocídios provocados por epidemias registrados em documentos oficiais”

garimpeiros e madeireiros, a fim de prevenir o contágio dos indígenas pelo novo coronavírus

Todas as medidas devem assegurar o atendimento, de acordo com o regramento constitucional da saúde indígena, que prevê atendimento específico e diferenciado para esses povos, com respeito às suas práticas e tradições para todos os indígenas do país, independente do local onde vivem: quem vive em centros urbanos ou fora de terras indígenas já reconhecidas também deve receber os cuidados para evitar a expansão do novo coronavírus.

O MPF lembra que doenças respiratórias virais como a que é provocada pelo novo coronavírus “foram vetores do genocídio indígena em diversos momentos da história do país, com dezenas de casos de genocídios provocados por epidemias registrados em documentos oficiais, como o relatório da Comissão Nacional da Verdade de 2014 e o relatório Figueiredo de 1967”.

A Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde; a Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, do Ministério da Cidadania; a Secretaria Especial de Saúde Indígena; os Distritos Sanitários Especiais Indígenas; a Funai; os estados e os municípios têm cinco dias corridos para cumprir a recomendação e informar seu cumprimento ao MPF. ♦

Indígenas temem proliferação de coronavírus com entrada ilegal de evangélicos na TI Vale do Javari

Por J. Rosha, da Assessoria de Comunicação – Cimi Regional Norte I (AM/RR)

Lideranças indígenas do Vale do Javari, no Amazonas, estão recorrendo à Fundação Nacional do Índio (Funai), ao Ministério Público Federal (MPF) e à Polícia Federal para impedir um missionário já preparado para entrar na Terra Indígena Vale do Javari em direção a aldeias de grupos sem contato. Eles temem a proliferação do novo coronavírus com a entrada de não indígenas que não respeitam os protocolos adotados pelos órgãos de assistência aos povos indígenas.

A Coordenação da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) denuncia que o indivíduo é um missionário evangélico norte-americano, que já entrou na área outras vezes sem comunicar as lideranças e a Funai. Ele estaria organizando uma expedição para ir em busca de indígenas sem contato. “Pelas informações dos próprios indígenas participantes dessas reuniões, já existe uma logística toda elaborada para acessar os isolados do “Iambança”, um Igarapé localizado no interior do Vale do Javari”, diz a Coordenação da Univaja em documento encaminhado às autoridades.

Em outro trecho do documento, a coordenação da Univaja diz ainda que “o missionário tem cooptado indígenas para realizar as expedições ao interior da Terra Indígena, desafiando todos os protocolos de prevenção, além das próprias diretrizes que orientam essa questão, em detrimento da integridade física e territorial dos índios em isolamento voluntário”.

Leia na íntegra:

Nota à imprensa da Univaja

A Coordenação da Organização Indígena Univaja, em nome dos povos Marubo, Mayoruna (Matsés), Matis, Kanamary, Kulina (Pano), Korubo e Tsohom-Djapá vem a público informar aos nossos parceiros, à imprensa e demais interessados pela causa indígena que o missionário Andrew Tonkin, Pastor da organização missionária evangélica norte americana “Frontier Intenational” vem promovendo reuniões com alguns indígenas em Atalaia do Norte, sobretudo, os catequizados, com a finalidade de organizar uma entrada ilegal na Terra Indígena Vale do Javari.

Pelas informações dos próprios indígenas participantes dessas reuniões já existe uma logística toda elaborada para acessar os isolados do “Iambança”, um Igarapé localizado no interior do Vale do Javari.

Essa já é a terceira vez que esse senhor tem tentado e, conseguido parcialmente, adentrar na Terra Indígena Vale do Javari, conforme denúncias apresentadas pela Univaja em diversas ocasiões e infelizmente sem que houvesse qualquer atitude enérgica por parte das autoridades competentes. A nossa preocupação é que em pleno contexto de pandemia do coronavírus, além dos protocolos administrativos de prevenção divulgados pela FUNAI e pela SESAI, ainda há a insistência de grupos proselitistas fundamentalistas atuando com esse fim, uma atitude irresponsável e Criminosa.

O missionário tem cooptado indígenas para realizar as expedições ao interior da Terra Indígena, desafiando todos os protocolos de prevenção, além das próprias diretrizes que ordenam essa questão, em detrimento da integridade física e territorial dos índios em isolamento voluntário.

Nesse contexto, a convivência estatal gera inércia, na medida em que os grupos extremistas de evangélicos ocupam cargos importantes no governo e alinham-se ideologicamente à pessoas como esse pastor infrator. Não obstante, o atual chefe da Coordenação de Índios Isolados da FUNAI, órgão responsável pela implementação da política pública para índios isolados e de recém contato também é um pastor e missionário.

Diante do exposto, reiteramos que a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a FUNAI tomem medidas enérgicas que se fazem necessárias, para que iniciativas nefastas e repugnantes como essas possam ser contidas em nossa região.

Atalaia do Norte AM, 23 de março de 2020.

A Coordenação do UNIVAJA



“Pelas informações dos próprios indígenas participantes dessas reuniões, já existe uma logística toda elaborada para acessar os isolados do “Iambança”, um Igarapé localizado no interior do Vale do Javari”

Expedição missionária em área de índios isolados em meio à pandemia é alvo de investigação

Por Ass. de Comunicação – Procuradoria-Geral da República (PGR)

O Ministério Público Federal (MPF) requisitou no dia 25 de março à Polícia Federal (PF) a instauração de inquérito para investigar e impedir suposta expedição missionária com o objetivo de realizar contato com índios isolados da Terra Indígena Vale do Javari, no estado do Amazonas. Na avaliação do órgão, caso seja confirmada, a expedição representa grave risco à saúde dos indígenas, uma vez que são extremamente vulneráveis a doenças, podendo seu contato desencadear grande mortalidade ou mesmo dizimar populações inteiras. Também foram solicitadas informações à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao missionário apontado como responsável pela excursão.

Matéria jornalística divulgada nessa terça-feira (24) pelo jornal O Globo revelou as supostas intenções do missionário Andrew Tonkin de realizar expedição no território Igarapé Iambança, habitado por índios em situação de isolamento voluntário. De acordo com o coordenador da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF (6CCR), subprocurador-geral da República Antônio Bigonha, além de riscos à saúde dos índios, a entrada sem autorização em seu território pode configurar crime contra a saúde pública, dentre outros ilícitos penais.

Além de requisitar a investigação à Polícia Federal, o MPF encaminhou ofícios à Funai, solicitando informações acerca das providências adotadas para impedir a entrada do missionário ou outros na terra indígena, e ao próprio Andrew Tonkin. O missionário tem prazo de 24 horas para se manifestar sobre o conteúdo da reportagem e informar se tem autorização oficial para ingresso em terra indígena, quem financia a referida expedição e, ainda, o nome

de possíveis outras pessoas envolvidas na jornada.

A Constituição de 1988 estabeleceu a política de não contato com povos indígenas isolados, cabendo ao Poder Público zelar pela proteção e inviolabilidade de seus territórios. Qualquer contato com esses povos tradicionais deve partir de iniciativa própria e exclusiva deles, não sendo permitido o ingresso de missionários religiosos, madeireiros, garimpeiros e outras pessoas desautorizadas nas terras indígenas.

Covid-19

No dia 23 de março, em resposta à recomendação do Ministério Público Federal, a Funai alterou a Portaria 419/2020 – que estabelecia medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação da covid-19 em terras indígenas – para prever que apenas a Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato pode autorizar, de forma excepcional, atividades que impliquem contato com indígenas isolados ou de recente contato. Na redação original, a autorização havia sido delegada às Coordenações Regionais (Crs).

Segundo defendeu o MPF na recomendação, no entanto, as CRs “não têm entre suas atribuições a competência para executar ações de contato e pós contato, nem dispõem, no seu quadro de pessoal, de servidores com capacitação específica para lidar com as especificidades das políticas voltadas aos povos isolados e de recente contato, especialmente em situação de crise epidemiológica”. O órgão alertou, ainda, que uma ação de contato por instância sem capacidade legal e técnica para tomar decisões referentes aos povos isolados pode agravar a exposição à covid-19 de povos que já têm pouca ou nenhuma capacidade de resposta imunológica ao vírus.

Apib reivindica plano de prevenção e atendimento contra coronavírus nos territórios indígenas

Por Assessoria de Comunicação - Cimi

Em nota divulgada no dia 20 de março, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) reivindica que o governo federal elabore um Plano de Ação Emergencial voltado para a prevenção e o atendimento aos territórios indígenas em meio à pandemia do coronavírus.

A Apib aponta que os povos originários são “um dos segmentos mais expostos a situação de vulnerabilidade diante da atual pandemia” e pede, por isso, providências urgentes do Estado, com o fortalecimento do subsistema de saúde indígena por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e das Casas de Saúde Indígena (Casai).

Entre as medidas para garantir o isolamento e a proteção das comunidades indígenas, a organização reivindica a retirada de invasores dos territórios indígenas, a proteção das terras tradicionais em qualquer fase do processo administrativo de demarcação e a suspensão de despejos contra acampamento e retomadas.

Em caso de “ausência de vontade política do atual governo”, a Apib reivindica que organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) disponibilizem “testes em caráter especial e de urgência para as unidades de saúde indígena”.

“Pelo bem estar dos nossos, idosos, depositários da nossa sabedoria e tradição, e das nossas crianças, as nossas gerações futuras, reivindicamos mais respeito ao tratamento específico e diferenciado, conquistado por nós na Constituição de 1988”, afirma a Apib.

Leia a nota na íntegra:

Nota pública: governo deve apresentar plano de prevenção e atendimento para evitar riscos de contaminação de coronavírus nos territórios indígenas

Sem dúvida, os povos indígenas somos um dos segmentos mais expostos a situação de vulnerabilidade diante da atual pandemia do Coronavírus – COVID-19. Ao longo da história, fomos vitimados pelos sucessivos invasores, não apenas pelo uso da violência física, das armas de fogo e o trabalho forçado, mas também pelas doenças levadas por eles, tais como a gripe, a varíola e o sarampo, inclusive no século XX, principalmente durante o regime da ditadura militar. E até hoje, sofremos de doenças vindas de fora – cardiovasculares, hipertensão, diabetes, gastrointestinais, renais, sexualmente transmissíveis e doenças respiratórias. O coronavírus é mais uma dessas ameaças, mais uma praga produzida pela acumulação capitalista, por tanto de origem política e econômica e que agora se torna crise de saúde pública. Não podemos pagar por problemas alheios ao nosso modo de vida. Pelo contrário, cabe ao Estado providenciar medidas para atenuar a sua dívida acumulada até hoje para com os nossos povos e comunidades.

Dessa forma, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, vem de público reivindicar do atual governo um Plano de Ação Emergencial, que inclua, dentre outras, as seguintes medidas:

1. Garantir a proteção dos nossos territórios, independentemente da fase de regularização em que



Indígenas protestam por melhorias no subsistema de saúde indígena durante o ATL 2019

“O coronavírus é mais uma ameaça produzida pela acumulação capitalista. Não podemos pagar por problemas alheios ao nosso modo de vida. Cabe ao Estado providenciar medidas para atenuar a sua dívida acumulada até hoje para com os nossos povos e comunidades”

se encontram. portanto dos nossos povos, principalmente os povos indígenas isolados e de recente contato,

2. Coibir a presença de invasores nos territórios indígenas, como grileiros, posseiros, garimpeiros, madeireiros e outros tantos que praticam atividades ilícitas nesses territórios.
3. Suspender quaisquer tentativas de despejo em retomadas dos territórios de ocupação tradicional dos nossos povos voltadas a garantir o seu direito originário, de posse e usufruto exclusivo.
4. Fortalecer, com dotação orçamentaria adicional, o subsistema de saúde indígena, isto é, a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e as Casas de Saúde Indígena (CASAI), recondicionando-as aos novos tempos da pandemia do Coronavírus, uma vez que em alguns casos se tornam lugares aglomerados.
5. Impedir o acesso aos territórios indígenas de pessoas não autorizadas ou vinculadas aos serviços básicos de assistência, tais como turistas e outras pessoas com propósitos diversos não autorizadas pelas nossas lideranças.
6. Aprimorar o subsistema com medidas de prevenção e atendimento para evitar riscos de contaminação pelo Coronavírus nas aldeias, sobretudo naquelas próximas a centros urbanos ou em ocasiões de necessária assistência hospitalar. Quaisquer Plano de Contingenciamento deve ser amplamente discutido com as instâncias representativas dos nossos povos.

7. Revogar imediatamente a Portaria n.º 419/PRES., de 17 de março de 2020, da Funai, conforme recomendado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e a 6ª. Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal / PGR. A Portaria, principalmente no seu artigo 4º. retira da Coordenação Geral de Índios Isolados a responsabilidade de proteger esses povos, repassando-a às coordenações regionais do órgão indigenista, mesmo sabendo que estas não reúnem quadro qualificado e condições estruturais para tal missão específica. Para a APIB, essa decisão que burla toda a legislação específica nacional (Constituição Federal, Estatuto do Índio, Regimento Interno da Funai, determinações do Ministério da Saúde e da SESAI) e internacional (Declaração Americana dos Direitos dos Povos Indígenas, resoluções da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da OMS), constitui um ato de irresponsabilidade uma vez que traz mais risco à integridade dos povos isolados e de recente contato. A decisão só pode ser justificada em razão de interesses não explicitados, já denunciados em outras oportunidades pela nossa organização.
8. Por fim, na ausência de vontade política do atual governo em elaborar um Plano de Contingência para Surtos e Epidemias, considerando as especificidades dos nossos povos, o seu modo de vida comunitário, que pode facilitar a programação rápida do Coronavírus, requeremos dos organismos internacionais, principalmente da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Panamericana de Saúde (OPAS) a disponibilização de testes em caráter especial e de urgência para as unidades de saúde indígena. Pelo bem estar dos nossos, idosos, depositários da nossa sabedoria e tradição, e das nossas crianças, as nossas gerações futuras, reivindicamos mais respeito ao tratamento específico e diferenciado, conquistado por nós na Constituição de 1988. Sangue Indígena, nenhuma gota mais!

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB
Brasília – DF, 20 de março de 2020.

Coronavírus coloca povo Guarani Kaiowá em alerta na reserva mais populosa do País

O sistema público de saúde conta com cerca de apenas 35 leitos de UTI no município de Dourados. “Se entrar aqui na Reserva será uma catástrofe”, diz indígena

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação - Cimi

Na Reserva Indígena de Dourados vivem 18 mil indígenas Guarani Kaiowá e Terena dividindo 3.475 hectares de área. Tal extensão vem há décadas se mostrando insuficiente para a reprodução física e cultural dos indígenas, sobretudo de acordo com o modo de vida dos Guarani Kaiowá. Espremidos, os indígenas padecem com a ausência de direitos básicos, como acesso a água potável e políticas públicas.

A pandemia do novo coronavírus, causador da Covid-19, em um ambiente social com desafios bastante semelhantes às favelas nas periferias dos centros urbanos, tem gerado preocupação em uma projeção de disseminação do vírus na Reserva. São duas aldeias, Bororó e Jaguapiru, além de oito retomadas a menos de 4km do centro da cidade de Dourados – proximidade que a transforma em um grande bairro periférico e empobrecido.

Mesmo sem a pandemia, a política de atenção à saúde indígena em Mato Grosso do Sul tem falhas estruturais e nos hospitais os indígenas costumemente sofrem com o preconceito em um sistema público com cerca de apenas 35 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no município de Dourados.

O relatório epidemiológico do último dia 27 de março da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) não aponta casos confirmados ou suspeitos no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do Mato Grosso do Sul. No Brasil, são 13 casos suspeitos entre indígenas, sendo quatro do DSEI Interior Sul, um no Alto Rio Solimões, um em Alagoas e Sergipe, um no Ceará, um em Cuiabá, um no Amapá e Norte do Pará e dois no Maranhão.

A Sesai confirmou nesta quarta-feira, 10, que uma indígena do povo Kocama, de 20 anos, Agente Indígena de Saúde (AIS) na região de Santo Antônio do Içá, no Amazonas, DSEI Alto Rio Solimões, testou positivo para o Coronavírus. Ela e mais 12 pacientes indígenas e 15 profissionais de saúde tiveram contato com um médico que havia sido diagnosticado com a doença após retornar de férias.

Mesmo sem casos suspeitos entre os indígenas no Mato Grosso do Sul, por enquanto, o temor existe porque o governo federal não apresentou até o momento um plano de combate ao novo coronavírus junto às aldeias. Tampouco os povos indígenas foram considerados como grupo de risco pelo Ministério da Saúde, o que não implica cuidados específicos e diferenciados.

Na Reserva de Dourados, além da grande quantidade de indígenas em pouco espaço, a falta de água é constante em algumas regiões e persiste há mais de uma década. Muitas famílias precisam caminhar por horas para conseguir água ou contar com o abastecimento, feito de forma esporádica.

Orientações sobre quais são os principais sintomas da Covid-19 e as alternativas de prevenção para driblar as

precariedades inerentes à condição da Reserva em meio à pandemia são oferecidas por Agentes Indígenas de Saúde. “Mas ainda assim é insuficiente. Na nossa opinião o governo federal deveria colocar os povos indígenas no grupo de risco”, afirma a enfermeira Indianara Guarani Kaiowá.

A indígena atende na Unidade de Saúde localizada na Reserva e tem ajudado caciques e demais lideranças a entender a doença e estabelecer formas de prevenção. Ela explica que a orientação é a de não ir para a cidade além do necessário, não levar crianças ou idosos e evitar ao máximo o contato pessoal. “Esse ponto complica porque a Reserva é pequena, vivemos amontoados. O isolamento social é mais difícil”, diz.

Para Indianara, caso os povos indígenas fossem colocados no grupo de risco, o governo seria obrigado a traçar um plano mais detalhado, garantir os equipamentos adequados às equipes de saúde, em falta em muitos DSEIs do país, cuidar para que as cestas básicas não falem nas aldeias que necessitam delas, evitando a saída dos indígenas à cidade, e garantir o acesso à água potável de forma emergencial.

“No caso das reservas, e aqui no Mato Grosso do Sul existem outras, seria até necessário pensar em hospitais de campanha, sim. Em caso de contaminação, esperamos que não, mas é possível pelas condições, pode ser uma forma de não gerar o caos nos hospitais públicos. Os particulares não irão nos atender, não temos como pagar”, conclui Indianara.

“Temos idosos, diabéticos e hipertensos. Planos de contingência e monitoramento são parte do processo, mas é preciso fortalecer alguns pontos: garantir água nas casas, garantir alimentos chegando dentro da aldeia. A longo prazo é trabalhar como grupo de risco, não apenas para monitorar”, reitera.

A virada do mês é caracterizada pela expectativa da chegada das cestas básicas, fornecidas pelo governo do estado. A Sesai local recomendou ao governo estadual evitar aglomerações na distribuição e, sobretudo, garantir a chegada dos alimentos. “Sem alimentos o organismo fica fraco, vulnerável ao vírus. E se não chegar, famílias precisarão ir para a cidade”, explica a enfermeira.

Bolsa família e aposentadorias

Outra rotina comum neste período é a retirada de benefícios assistenciais, como aposentadorias e o Bolsa

“Se entrar aqui na Reserva será uma catástrofe.

Não vai ter como atender”

explica a enfermeira

Indianara Machado Ramires Guarani Kaiowá



Liderança Guarani Kaiowá durante reunião na sede da Funai, em Brasília, reivindicando demarcação de terras

Família. Com o dinheiro as famílias compram o que precisam, pois na Reserva não conseguem garantir a subsistência. “Geralmente são os filhos ou netos que vão retirar os benefícios. Reforçamos que isso deve se manter no período da pandemia. Mas é o que eu disse: monitorar só não adianta”, finaliza.

No último dia 27 de março, o Ministério Público Federal encaminhou ofícios aos proprietários de mercados e mercearias de Dourados requisitando que eles evitassem contato com os indígenas, especialmente o transporte de idosos até caixas eletrônicos para o pagamento de produtos alimentício. A prática é comum nesses períodos do mês, já que muitos comerciantes da região costumam reter, de forma ilegal, os cartões com que os indígenas acessam o Programa Bolsa Família e aposentadorias.

As aldeias Bororó e Jaguapiru têm tomado outras medidas para evitar que a pandemia chegue à Reserva, caso da proibição da entrada de vendedores ambulantes. Conforme declarou ao Dourados News Gaudêncio Benitez, “apesar do projeto de melhorias aprovado, a verba liberada e até parte dos materiais comprados, as obras na Bororó estão paralisadas. A empresa que ganhou a licitação não deu prosseguimento”.

Sem água, os Guarani Kaiowá e Terena não conseguem cumprir uma das mais básicas orientações das autoridades sanitárias: lavar as mãos com água e sabão. “Até limpar e fazer o religamento das bombas, ficamos pelo menos três dias sofrendo com a falta de água. Não podemos ficar assim nesse momento de contaminação pelo coronavírus”, explica Gaudêncio.

Indígenas que apresentam algum sintoma são encaminhados para o atendimento de saúde. “Temos divulgado, fomentado as informações. As equipes têm monitorado. O que acontece é que temos problemas com a aplicação de políticas públicas, normalmente, e com a pandemia fica mais difícil. Basicamente o que a comunidade tem buscado é não ir para a cidade”, explica Indianara.

Problema crônico e precarização

Para o antropólogo e professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) Spensy Pimentel, que estuda há mais de uma década o povo Guarani Kaiowá, a falta d'água é o problema principal para pensar na questão do combate a uma pandemia na Reserva de Dourados e nas demais reservas, que acumulam problemas similares pela forma como foram estabelecidas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Pimentel esteve em janeiro na Reserva de Dourados. “É um problema crônico. Há várias décadas que existem diversos locais da Reserva que a água não chega. Conversando com moradores da aldeia Jaguapiru, ouvi relatos de que chega a faltar água durante sete dias na semana.

Campo de refugiados e hospital de campanha

Para o missionário Flávio Vicente Machado, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Mato Grosso do Sul, a ausência de um plano do governo federal contra a disseminação do vírus na Reserva de Dourados pode gerar uma tragédia sem precedentes. “No entendimento do Cimi, o governo deveria montar um hospital de campanha, com leitos de UTI, para atender a Reserva”, afirma.

De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde, há 515 leitos de UTI em sete municípios do estado. Dourados é um deles e possui 100 leitos, somando aparelhos públicos (35) e privados (65). “Muito pouco. Se formos pensar, são oito reservas indígenas em situação semelhante reunindo cerca de 80% da segunda maior população indígena do país, os Guarani Kaiowá (43 mil indígenas, IBGE/2010)”, pontua o missionário.

Apenas a Reserva de Dourados concentra por volta de 20% da população indígena total do Mato Grosso do Sul, com 61 mil indígenas (IBGE, 2010). “Em Dourados os indígenas são naturalmente tratados mal no sistema de saúde municipal e não seria estranho eles serem preteridos em uma situação de se ter que escolher quem ocupa os poucos leitos de UTI. Mas a questão principal é a falta de saneamento”, diz.

Machado traça um paralelo entre a Reserva e um campo de refugiados. “São pessoas que foram deslocadas forçadamente e obrigadas a viver em um local sem nenhuma condição de subsistência. A mídia internacional tem cobrado as autoridades como contera a Covid-19 nestes campos pelo mundo. Precisamos olhar para as reservas como espaços muito similares e que demandam cuidados específicos”, defende.

A vida dos indígenas que vivem nas retomadas que ladeiam a Reserva de Dourados também está sob risco. “Estão noanel viário com um fluxo de passagem alto. São cerca de 2 a 3 mil indígenas. Por hábito cultural os Guarani transitam muito. Será uma tragédia se houver um surto ali. Mesmo com a população muito jovem, mas são aldeias que contam com muitos idosos, desassistidos, vivendo em barraquinhas”, declara.

São oito retomadas no entorno da Reserva de Dourados, de acordo com lideranças locais: Nhu Vera I, Nhu Vera II, Nhu Vera Guasu III, Araticoté, Abaeté I e II, Ivu Vera, Jaihepiru e Itapoty. Cerca de 270 famílias vivem nelas em barracos de lona e sob ataque permanente de seguranças privados.

Retomadas, acampamentos e aldeias

Nas retomadas, acampamentos e aldeias Guarani Kaiowá a orientação passada por caciques e lideranças é para que todos e todas se mantenham em suas casas. Algumas destas casas são barracos de lona instalados na beira de estradas e ao lado de fazendas, sem água corrente, banheiros e acesso a sabão.

As informações são trocadas entre os indígenas por whatsapp e sistematizadas pelos integrantes da Aty Guasu, a Grande Assembleia Guarani Kaiowá, principal organização política do povo. O medo em meio à pandemia do novo coronavírus existe para os Guarani Kaiowá, mas no tekoha – lugar onde se é – Guyraroka o problema é outro.

“No Guyraroka os nossos doentes ainda são por causa do veneno que os fazendeiros usam a poucos metros de distância da escola, das casas. Diarreia, vômito”, explica Erileide Guarani Kaiowá. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) esteve na comunidade no dia 20 de março.

“Mesmo assim a informação é pouca. Estamos aqui por nós mesmos. Ao redor, nas cidades, a gente sabe que esse vírus tá afetando”, diz. A alimentação é uma preocupação. “Só pegou mandioca. O que resto que plantou não deu. Meu avô começou uma horta, mas ainda dependemos das cestas básicas”, afirma.

As cestas básicas chegam, a depender da localidade, a cada 30 dias, mas para os Guarani Kaiowá a pandemia torna tudo ainda mais incerto. “Não sabemos se eles vão trazer. A Funai e a Sesai não colocam os pés aqui. As cestas básicas tão deixando na aldeia Bororo e temos de ir lá buscar”, diz Laurentino Guarani Kaiowá.

O indígena vive na retomada Araticoté, uma das nove abertas no entorno da Reserva Indígena de Dourados, onde fica a aldeia Bororo. Nos locais vivem cerca de 270 famílias morando em barracos. “Temos comida, mas pra essa semana. Depois a gente não sabe como fica. Isso preocupa porque temos muitas crianças e idosos”, afirma.

Questões centrais

Membro do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Roberto Liebgott, missionário do Cimi Regional Sul, aponta as questões centrais, debatidas no âmbito do CNS, envolvendo as comunidades indígenas durante o período em que durar a epidemia. O primeiro ponto envolve a “falta de qualquer planejamento ou ação mais específica e direcionada para populações vulneráveis e, em condição, de diferenças étnicas e culturais”, diz.

Liebgott defende também que não há infraestrutura médica, de servidores e de equipamentos hospitalares, para tal demanda. Acrescenta-se a isso “outro aspecto, bastante relevante, e que as comunidades que não vivem em terras demarcadas ou habitam áreas devolutas ou sagradas, não possuem alimentos. As famílias não têm o que comer e o governo federal deixou de fornecer cestas básica faz alguns meses para comunidades localizadas em retomadas ou em áreas não regularizadas”, diz.

O missionário explica que em parte a subsistência das famílias era obtida pela venda de artesanato. “Com a pandemia não há para quem vender e sua fonte mínima de renda não existe. Como viver sem terra, sem assistência, sem água, sem saneamento básico, sem comida? Como viver sem terra, em beira de estrada, sem casa ou em barracos improvisados?”, questiona.

Para Liebgott a situação dificilmente muda no âmbito do governo federal com a forma “debochada e irresponsável” com a qual o presidente da República trata a pandemia. A Funai, por sua vez, suspende demarcações em pleno avanço do vírus no lugar de traçar um plano de ação – caso da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá, em Guairá, no oeste do Paraná.

“O próprio Ministério Público Federal (MPF) vai precisar agir, inclusive na esfera jurídica, e requerer providências do Estado para que os indígenas sejam adequadamente assistidos”, conclui. ◆

Foto: acervo pessoal



Indianara Guarani Kaiowá é profissional na área da saúde indígena, atendendo no pronto atendimento da Reserva de Dourados, e teme pela proliferação da doença

Há ainda as casas em que não há caixa d'água, mas mesmo nas que têm há problemas de abastecimento”, analisa.

À situação somam-se as precariedades generalizadas vividas pelos indígenas. O antropólogo cita um dado para que se possa mensurar o tamanho da encrência: a média brasileira é de 20% de famílias com Bolsa Família. Na Reserva de Dourados, 75% das famílias eram dependentes do Bolsa Família há alguns anos.

“Isso decorre do fato de que as reservas não foram estabelecidas para comportar a população que comportam hoje. Foram formadas pelo SPI numa época que moravam apenas algumas centenas. Amambai e Caarapó também são reservas superlotadas. Todo tipo de suprimento para esses lugares é um desafio. A questão da água, da terra, do saneamento, dos serviços públicos. Se tornaram áreas muito precarizadas”, diz.

“Na Reserva de Dourados, além da grande quantidade de indígenas em pouco espaço, a falta de água é constante em algumas regiões e persiste há mais de uma década”

Foto: Ascom – MPF/MS



Indígenas Guarani Kaiowá fortalecem reivindicação contra violação de direitos humanos em visita da delegação da CIDH

Covid-19 desmoraliza o Estado Mínimo

Por **Frei Betto**, frade dominicano e escritor*

Tivesse o Brasil governo, já teria tomado providências urgentes para minorar os efeitos da pandemia sobre os mais pobres e vulneráveis. Não apenas com ajudas emergenciais, como os R\$ 600 por três meses, mas ampliando o investimento em políticas públicas. Mas onde obter recursos?, perguntaria Guedes, que só pensa em encher as burras do Tesouro e não em impedir que o país mergulhe em profunda crise social.

Ora, basta seguir o exemplo de nações escandinavas, como promover a reforma tributária e taxar grandes fortunas, como heranças, dividendos, renda e patrimônio. Quem ganha mais deveria pagar mais impostos. Mas para isso são necessários dois fatores que faltam ao (des) governo atual: vontade política e mudança de rumo na política econômica.

Na América Latina, a região mais desigual do mundo, as elites resistem à tributação progressiva e ao aumento de impostos para fortalecer a rede pública de proteção social.

O Covid-19 derrete todos os dogmas do capitalismo neoliberal. Ainda que Guedes, como um naufrago à sua boia, se agarre às anacrônicas teorias da Escola de Chicago, o fato é que, agora, os principais países capitalistas preferem resgatar os princípios keynesianos, como são os casos de EUA, Canadá, Reino Unido, Alemanha, França, Suécia e Austrália.

Isso significa mais Estado e menos conversa fiada de Estado mínimo e privatizações. Diante da letalidade do vírus, cabe ao poder público investir em políticas de proteção social e assegurar o fôlego dos sistemas produtivo e financeiro.

Enquanto as nações metropolitanas impõem à periferia, como o Brasil, ajustes fiscais, tetos de gastos, desregulamentação financeira, flexibilização das relações trabalhistas, e outras medidas genocidas que tornam os ricos mais ricos e os pobres mais pobres, os donos do mundo agem, agora, exatamente na direção oposta. Aliás, como fizeram na crise de 2008, quando injetaram grandes recursos para impedir o efeito cascata da falência do banco Lehman Brothers.

Enquanto aqui Bolsonaro chegou a emitir Medida Provisória propondo aos empresários suspender, por quatro meses, contratos de trabalho, Trump, seu ídolo, acionou a Lei de Produção de Defesa, que permite ao Estado intervir nas indústrias para assegurar a fabricação de material para o sistema sanitário.

O Congresso dos EUA liberou US\$ 2 trilhões (em 2019, o PIB do Brasil equivaleu a US\$ 1,80 trilhão) para a proteção social e o FED, Banco Central daquele país, decidiu conceder empréstimos, a juros baixíssimos, a pequenas e médias empresas, estudantes, financiamento imobiliário, dívida de cartões de crédito e compra de veículos. Até



Foto: Pedro Ladeira/Folhapress

Enquanto as nações metropolitanas impõem à periferia, como o Brasil, ajustes fiscais, tetos de gastos, desregulamentação financeira, flexibilização das relações trabalhistas, e outras medidas genocidas que tornam os ricos mais ricos e os pobres mais pobres, os donos do mundo agem, agora, exatamente na direção oposta

compra de celular por cartão de crédito será financiado. O BC passou a comprar títulos do Tesouro das mãos de particulares para irrigar o mercado.

Entre tantos mortos pela pandemia, o capitalismo decidiu ressuscitar um que nos deixou há mais tempo: John Maynard Keynes (1883-1946). Ele alertou que, frente a uma crise aguda, nenhuma medida monetária faria efeito. O Estado necessariamente teria de intervir com decisões efetivas para reaquecer a economia.

No Reino Unido, o governo liberou o equivalente a R\$ 2,5 trilhões para evitar a falência de empresas, garantir 80% do salário de quem ganha até R\$ 14,8 mil por mês, e suspendeu a cobrança de impostos sobre o valor agregado (IVA) do comércio e dos trabalhadores. Os autônomos tiveram alongados os prazos para pagar impostos. Os empresários, isentos por enquanto de pagar impostos, recebem créditos para ter dinheiro em caixa e pagar seus funcionários.

Todos os principais países capitalistas adotaram medidas para impedir a falência das empresas e o desemprego, multiplicando os benefícios sociais. Aqui, os bancos

privados alardeiam suas doações para combater a pandemia e, ao mesmo tempo, elevam as taxas de juros de quem precisa de empréstimos. Algumas taxas chegam a 70% ao ano!

Como salvar o Brasil da acelerada desindustrialização, do sucateamento do setor produtivo e do aumento do desemprego? Os varejistas calculam que 600 mil trabalhadores serão demitidos caso as lojas não sejam reabertas até fim de abril. O varejo emprega 23,5% dos trabalhadores (9,1 milhões de pessoas) com carteira assinada. As pequenas empresas são responsáveis por mais de 80% de empregos formais e informais no Brasil.

Na vida se colhe o que se planta. A drástica redução do orçamento da

Saúde em nome do ajuste fiscal provocou o sucateamento do SUS. Segundo a Fiocruz, o Brasil perdeu 34,5 mil leitos entre 2009 e 2020. Os leitos de internação caíram de 460,92 mil para 426,38 mil entre a crise do H1N1 e a atual. E a rede privada aumentou em 14 mil o número de leitos.

Por isso as famílias de classes média e alta migraram para os planos privados e a medicina de grupos, o que faz aprofundar a seletividade e a exclusão na sociedade brasileira.

Grandes empresários apoiadores do atual governo insistem em que se suspenda o isolamento horizontal para fazer a economia girar. E propõem, como medida preventiva, aplicar o teste do Covid-19 a toda a população, como ocorreu na Coreia do Sul. Ora, como fazer o mesmo no Brasil se não há testes nem para quem está obviamente enfermo? E como deter o avanço da pandemia se é preciso esperar semanas pelo resultado? Como evitar a aglomeração de 13,6 milhões de pessoas que moram em favelas? Segundo o Data Favela, 72% dos moradores não têm dinheiro guardado para enfrentar a crise. Talvez a culpa seja deles, como alertou o ministro Guedes: "O brasileiro não sabe poupar".

Como deter a disseminação do vírus se onde vivem os mais pobres não há infraestrutura, como saneamento básico, esgoto tratado, coleta de lixo e água potável? É preciso que, o quanto antes, a sociedade pressione o governo para revogar a Emenda Constitucional número 95/2016, a do teto de gastos, que impede políticas sanitárias, humanitárias e econômicas para salvar os 60 milhões de brasileiros que sobrevivem abaixo da linha da pobreza. ♦

*Frei Betto é escritor, autor de "O diabo na corte – leitura crítica do Brasil atual" (Cortez), entre outros livros.

Assine o

PORANTIM



EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Juventude indígena do Nordeste debate terra, universidade e espiritualidade durante encontro na TI Potiguara

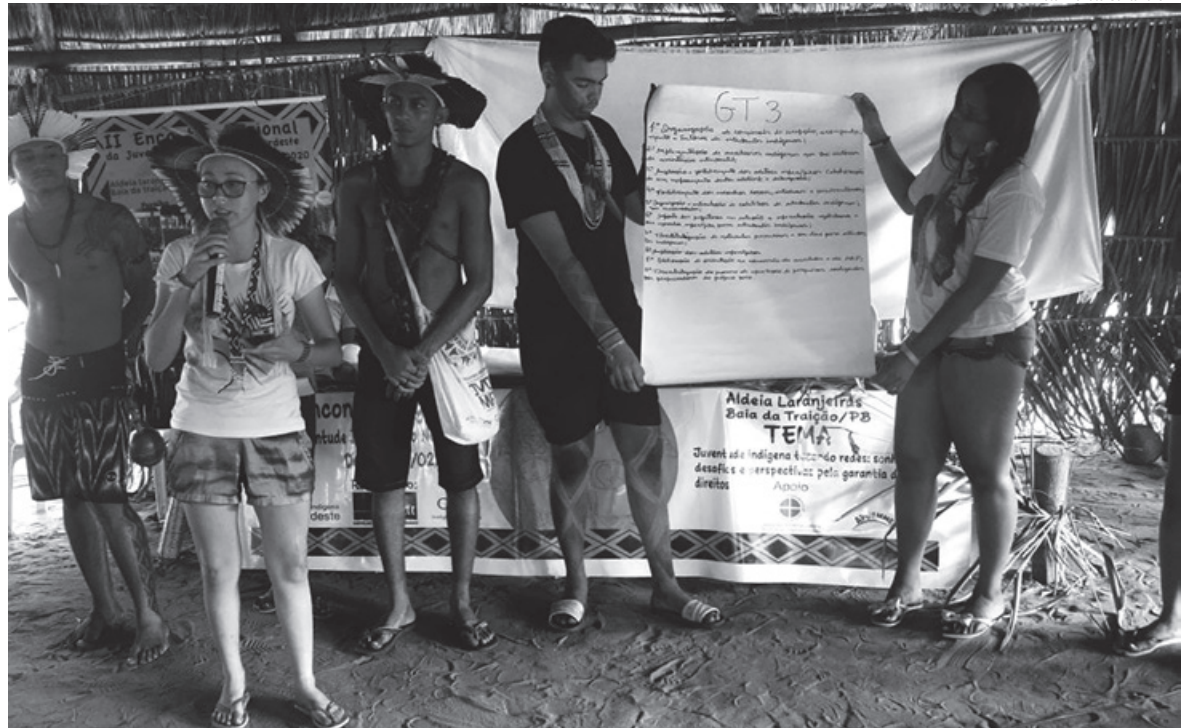
Foto: Renato Santana/Cimi

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação - Cimi

No quintal de dona Mariinha Potiguara, na aldeia Laranjeira, crescem plantas de cura para ao menos uma dezena de enfermidades. Entre as árvores, um ipê é cuidado como o décimo terceiro filho da matriarca. A partir dele, em declive, se chega à margem de um rio, assim chamado mais pelo seu passado caudaloso e não pelo presente assoreado cuja aparência lembra mais um córrego limpo. Em busca de espaço, as águas correm transparentes, abastecidas pelo rio Gozo, alargando a passagem entre as margens estreitas. Segue o curso até a foz, uma região da Terra Indígena Potiguara que parece ter sido esquecida pelos colonizadores. Ao redor da aldeia a mata se eleva e a Casa de Farinha defuma o local com cheiro de beiju e bolo de pé de moleque. Manga, mangaba, acerola e azeitona caem dos pés. Com este cenário dona Mariinha teve um sonho.

“Tinha um monte de barraca, por todo o quintal e ao redor da maloca que construíram já faz um ano. Um monte de barraca branca. Acordei e fiquei: que diabo significa isso? Tudo bem, a vida continuou. Uns dias depois me procuraram pedindo para usar a maloca, o quintal e o rio para o encontro dos jovens. Acho que eu tive uma premonição”, conclui dona Mariinha. Ela reformula: “talvez não foi isso. É que tenho me preocupado com os jovens. No meu tempo cuidávamos da terra, éramos agricultores, pescávamos, fazíamos a nossa ciência, nosso ritual. Hoje eles parecem mais perdidos. Não pensam de forma tranquila”.

As inquietações de dona Mariinha Potiguara se confirmaram nas falas de quem participou do II Encontro Regional da Juventude Indígena do Nordeste, que aconteceu em fevereiro na aldeia Laranjeira, Terra Indígena Potiguara, a cerca de 15 km da sede do município de Baía da Traição (PB). O II Encontro foi realizado pela Organização da Juventude Indígena Potiguara (OJIP)



“Hoje quem está na universidade não sabe se fica porque não há certeza quanto ao recebimento da bolsa permanência. Quem está entrando tem a certeza de que não irá receber”, diz Toinha Canindé

“Hoje não convivemos com a falta total de terra. Nossos pais, tios e avós fizeram essa luta. Somos uma geração que cresceu nas retomadas convertidas em terras indígenas”, diz Maurílio Truká

e Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Nordeste, que abrange o sertão da Bahia, Alagoas, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Contou com o apoio e a mobilização da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime).

Cerca de 180 jovens de 21 povos diferentes acamparam no terreiro de Mariinha para debater a conjuntura política do país, os empreendimentos governamentais que pretendem levar ao extermínio dos povos indígenas, além de questões pontuais como a demarcação das terras indígenas, permanência e acesso dos jovens às universidades federais, a questão das drogas, projetos de futuro, sexualidade e os desafios de ser índio LGBT. A espiritualidade conduziu todo o encontro, com rituais e toré, além de um debate específico sobre o tema.

Apresentações culturais e confraternizações correram noite adentro durante os dias de reunião. “Recebemos o encontro com muita felicidade porque sabemos que são vocês que levarão adiante os povos indígenas, suas lutas. Isso é se preparar e se unir para lutar”, declarou o cacique Sandro Potiguara.

Os desafios das diferentes gerações podem ser distintos, mas convergem em um ponto: a terra. “Hoje não convivemos com a falta total de terra. Nossos pais, tios e avós fizeram essa luta. Somos uma geração que cresceu nas retomadas convertidas em terras indígenas. Passamos a ter saúde e educação diferenciadas, podemos ir para a universidade. No entanto, a maior parte dessas terras não teve o procedimento demarcatório concluído e os direitos conquistados estão sob risco. Precisamos perceber que a questão da terra não acabou totalmente. Os desafios para os jovens indígenas passam hoje por viver essa insegurança permanente”, analisou Maurílio Truká em uma de suas falas durante o encontro.

Insegurança que tem, nos últimos anos, se revelado na face megalomaniaca dos grandes empreendimentos, caso da Transposição do Rio São Francisco, Transnordestina e agora com o projeto de construção de uma usina nuclear em Itacuruba (PE), sobre o território Pankará de Serrote dos Campos, um quilombo e a própria cidade de Itacuruba que já havia sido deslocada pela barragem da UHE Gonzagão. Para os jovens, são obras que representam uma ameaça ao futuro. “Estamos lidando com muitos casos de suicídio, depressão, transtornos mentais. Isso tem levado jovens para as drogas e em alguns casos às facções (criminosas).”



“Recebemos o encontro com muita felicidade porque sabemos que são vocês que levarão adiante os povos indígenas, suas lutas. Isso é se preparar e se unir para lutar”, declarou o cacique Sandro Potiguara



→ Reverter isso passa pela espiritualidade e pela luta política dos nossos povos”, analisa Benício Pitaguary.

Quando os jovens falavam em perspectivas de futuro, além da questão territorial o acesso ao Ensino Superior apareceu como segunda prioridade. “Hoje quem está na universidade não sabe se fica porque não há certeza quanto ao recebimento da bolsa permanência. Quem está entrando tem a certeza de que não irá receber”, diz Toinha Canindé. Grande parte dos jovens presentes no II Encontro estão ou se formaram na universidade correspondendo também a nascidos no século XXI, depois do ano 2000. “Tudo o que estamos discutindo aqui afeta os povos indígenas de todo o Brasil. Temos de levar nossas propostas para o ATL (Acampamento Terra Livre) e formar uma grande frente da Juventude Indígena no país”, defende Jessé Potiguara, da Organização dos Jovens Indígenas Potiguara (OJIP).

Espiritualidade

Algo que tem incomodado os jovens indígenas é o assédio de igrejas neopentecostais nas aldeias. “Cada povo tem o seu jeito de fazer a conexão com os encantados, mas a natureza sagrada é algo comum. Os pastores dizem que isso é do mal, do capeta. Alguns parentes acabam abandonando a sua crença tradicional atrás dessa nova colonização espiritual que está em curso”, defende Jucelino Tabajara. Já para Gabriele Pankararu, da Comissão de Jovens Indígenas de Pernambuco (Cojipe), o tema tem ligação com a questão territorial: “eu me pergunto: o território é

“Hoje quem está na universidade não sabe se fica porque não há certeza quanto ao recebimento da bolsa permanência. Quem está entrando tem a certeza de que não irá receber”

diz Toinha Canindé

de onde tiramos as forças, morada dos encantados. Se aderirmos a essas religiões que querem colonizar nosso espírito, que valor daremos ao território já que esqueceremos de nossos encantados, de nossos rituais? Um lado que me preocupa”.

Se no século XVI a Igreja Católica cumpriu esse papel de “colonizar espíritos selvagens”, abrindo espaço para o esbulho territorial (recentemente o papa Francisco pediu perdão por esse passado colonial), hoje em dia igrejas neopentecostais vêm sendo usadas para tal fim pelo governo Bolsonaro. “Um presidente que diz que estamos nos tornando humanos na medida em

que adotamos uma religião do branco é o mesmo que acha isso quando permitimos a entrada da mineração e do agronegócio em nossas terras e abandonamos a nossa cultura para sermos miseráveis nas pequenas e grandes cidades. Vemos que uma coisa tá ligada na outra”, analisa Guiga Potiguara. “A gente é o rio que corre, o chão que estamos pisando, as árvores que nos dão sombra. Essa é a nossa espiritualidade, ligada no íntimo com a natureza sagrada, morada dos encantados”, completa. Um outro aspecto dessa “colonização espiritual” é o ataque aos jovens LGBTQI+.

“É um grande desafio porque temos de lidar com o preconceito que ainda existe na aldeia. Fora dela lidamos com um duplo preconceito: ser índio e ser LGBTQI+”, explica Glaydson Anacé. Para Iaciptã Potiguara, a juventude indígena tem levado aos povos novas pautas e abrindo espaços de militância. Edmar Pankararu, por exemplo, faz espetáculos como drag queen, já se apresentou na aldeia e prepara um documentário sobre o universo drag queen entre os povos indígenas. “Ainda gera descontentamento, mas estamos quebrando isso”, conta o jovem Pankararu estudante de imagem e som na Universidade Federal de São Carlos.

No encontro houve ainda debates sobre comunicação, direito indígena, ecologia e agricultura, saúde mental e contação de histórias antigas de cada povo. Os jovens também se dividiram em grupos de trabalho para aprofundar cada um destes temas e levantar uma plataforma de propostas. A carta final do encontro sistematiza os principais pontos.

Fotos: Renato Santana/Cimi



No centro, dona Mariinha Potiguara ao lado do jovem pajé Potiguara. Nas demais fotos, jovens indígenas mostram envolvimento com a espiritualidade, pinturas e tradições de seus povos

CARTA DO II ENCONTRO DA JUVENTUDE INDÍGENA DO NORDESTE

Nós da juventude indígena dos povos Potiguara, Tabajara, Pankará da Serra, Pankará de Itacuruba, Truká, Xukuru de Ororubá, Atikum, Kapinawá, Pankararu, Jeripankó, Kalankó, Koiupanká, Katokin, Wassú Cocal, Xukuru-Kariri, Tigui-botó, Pitaguary, Anacé, Jenipapo Canindé, Tremembé de Almofala, Tremembé da Barra do Mundaú, Canindé de Aratuba e Tapeba, entre os dias 6 e 9 de fevereiro de 2020, estivemos reunidos no “II Encontro Regional Juventude Indígena do Nordeste” com o tema “Juventude indígena tecendo redes: sonhos, desafios e perspectivas pela garantia de direitos”.

Compreendemos que a atual postura do Estado brasileiro nos seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário viola nossos direitos à demarcação de nossas terras, à saúde e à educação escolar específica e diferenciada, à soberania alimentar, pois a todo momento propõe políticas fascistas nos acusando do marxismo cultural, desrespeitando nossas cosmovisões de vida e incentivando o desmatamento e invasão de nossas terras.

Querendo a todo instante entregar nossas terras para os grandes empreendimentos (como o projeto de instalação de Usina Nuclear em Itacuruba-PE), para o capital estrangeiro, para o agronegócio, para

as mineradoras, para os empreendimentos do setor imobiliário e para obras de infraestrutura governamentais e privadas, não permitindo que possamos viver na posse dos nossos territórios tradicionais, nos arremessando às pequenas e grandes cidades. Em virtude de todos esses elementos, nossos povos estão com sua saúde mental afetada, com altos índices de depressão e suicídio.

O atual governo utiliza-se da exclusão social, tenta nos expulsar das universidades públicas extinguindo bolsas e cursos de nossos interesses e dificultando nossa permanência e formação universitária, prejudicando todos os direitos conquistados até hoje. Mantém uma campanha de criminalização sistemática para induzir à tese assimilacionista, utilizada ainda na ditadura militar, de nós indígenas à sociedade envolvente, que desde os tempos da colonização escravizou e assassinou milhares de indígenas, em especial no Nordeste brasileiro, os primeiros indígenas a sofrer o contato dos invasores Portugueses.

Diante desse cenário, reivindicamos:

Urgência na demarcação dos nossos territórios tradicionais;

Permanência e manutenção das políticas públicas afirmativas de sustentabilidade e autonomia;

Manutenção das bolsas permanências, editais específicos e cursos, bem como políticas de ingresso de indígenas às universidades e Institutos Federais;

Preservação do meio ambiente e providências contra a invasões de nossas terras tradicionais;

Cadeiras consultivas e deliberativas nos espaços governamentais nas esferas Federal, Estadual e Municipal para a juventude indígena;

Reafirmação do nosso direito de origem – o instituto do indigenato – direito congênito sobre nossos territórios tradicionais;

Acesso aos territórios tradicionais pelos povos indígenas que ainda não exercem sua posse plena e pacífica;

A refutação da tese inconstitucional do “marco temporal”;

Fortalecimento da SESAI e implementação de equipes multidisciplinares para o atendimento na área de saúde mental;

Aldeia Laranjeira do Povo Potiguara
 Baía da Traição – PB, 08 de fevereiro de 2020



Indígenas do povo Tapuia, missionários e missionárias do Cimi trabalharam juntos o solo e fizeram o plantio das sementes crioulas na área coletiva da TI Carretão

Da escassez à abundância: aula viva fortalece soberania alimentar na Terra Indígena Carretão

Por **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação - Cimi

Um pedaço de terra considerada pobre, alguns punhados de sementes crioulas, ferramentas para trabalhar a terra e muita discussão: esses foram alguns dos elementos que compuseram a aula viva realizada em janeiro na Terra Indígena (TI) Carretão, do povo Tapuia, a partir de uma proposta feita por missionários e missionárias do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

As lideranças do território localizado em Goiás, nos municípios de Rubiataba e Nova América, toparam a ideia de realizar uma oficina voltada à soberania alimentar. Entre debates e atividades práticas, estiveram em foco a produção de alimentos orgânicos e a utilização dos recursos disponíveis no próprio território, com base em conhecimentos tradicionais e técnicas alternativas, como formas de escapar do uso de agrotóxicos e do assédio da monocultura.

Dois conceitos fundamentais orientam o método da aula viva: a escassez e a abundância.

“É questão de abrir os olhos para que se perceba que a abundância já existe, já está, e às vezes não é percebida. Quando a gente percebe isso, começa a olhar ao nosso redor com outro ponto de vista, mais fortalecidos”, explica o padre jesuíta Valério Sartor, que assessorou a oficina. Ele atua pelo Serviço Jesuíta Pan-Amazônico na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia e vive na cidade colombiana de Letícia.

Ele conta que o método da aula viva nasceu através da experiência sistematizada pela fundação colombiana Caminhos de Identidade (Fucai) e aplicada originalmente junto a comunidades amazônicas.

“A aula viva busca resgatar toda essa questão do natural e do espiritual através da cultura. Se trabalha a partir da cultura indígena dos povos que estão participando da aula, não é algo inventado de fora”

Valério Sartor

“A aula viva busca resgatar toda essa questão do natural e do espiritual através da cultura. Se trabalha a partir da cultura indígena dos povos que estão participando da aula, não é algo inventado de fora”, contextualiza o jesuíta.

Teoria e prática

No caso da TI Carretão, localizada no Cerrado, a aula viva foi focada em técnicas de recuperação do solo, que durante anos foi ocupado por posseiros. A oficina teve três momentos principais: a escuta, o plantio e a colheita.

“Primeiro, se trabalha a partir do ver, do escutar, do conhecer quem somos, onde estamos e, nesse lugar, onde estão a escassez e a abundância”, explica o padre Valério. “Também é um momento de troca e de reconhecimento que todos somos capazes, temos e adquirimos conhecimento e experiência”.

Enquanto apresentavam a terra indígena aos demais participantes da aula viva, os Tapuia destacaram elementos que consideram abundantes em seu território

e os pontos que consideravam representar escassez.

“Uma riqueza que nós temos aqui é na questão da água. Temos 37 nascentes em nosso território e, se a comunidade zelar, futuramente teremos essa riqueza ainda. Temos muita paz e várias coisas boas aqui dentro”, analisou o cacique do povo Tapuia, Dorvalino Augusto da Silva.

Entre os pontos citados como representativos da escassez, os indígenas citaram a qualidade da terra, considerada fraca, e o fato de que grande parte do território tradicional Tapuia ficou de fora da demarcação. A dependência de insumos externos para o plantio e da produção quase exclusiva do leite para a sobrevivência econômica também foi mencionada como um ponto negativo.

“O pessoal usa muito esse insumo que não é produzido aqui”, avalia o cacique Dorvalino. “Compra lá na cidade o milho e fica dependendo também de comprar o adubo lá fora”.

O momento seguinte, no segundo dia de oficina, foi o de semear, precedido pela troca de variadas sementes crioulas e pelo pedido de bênção ao plantio. Munidos de enxadas, terçados e facões, indígenas e missionários seguiram até uma área comum cedida pela comunidade Tapuia para a experiência – um espaço considerado degradado e incapaz de produzir.

Fazendo uso de princípios do sistema agroflorestal e da agroecologia, missionários e indígenas trabalharam em pequenos núcleos, que receberam sementes crioulas de feijão, milho, abóbora, entre outras, semeadas junto a manivas de mandioca e mudas de bananeira, acerola e seriguela.

“Se você proteger os núcleos e for adubando em volta, esse ciclo vai se ampliando. Plantamos aqui a ➔

→ “Primeiro, se trabalha a partir do ver, do escutar, do conhecer quem somos, onde estamos e, nesse lugar, onde estão a escassez e a abundância. Também é um momento de troca e de reconhecimento que todos somos capazes, temos e adquirimos conhecimento e experiência.”

cada dez metros um núcleo, e a ideia é que, se você for ampliando, em cerca de dois anos você consegue recuperar todo o terreno, sem ter que comprar fertilizantes”, explica o padre Valério.

A utilização de sementes e plantas de espécies variadas e de fertilizantes naturais é parte do processo que busca dar sentido prático a conceitos como diversidade, a autonomia e a soberania alimentar.

“Trabalhamos com o plantio de árvores frutíferas, de leguminosas, de sementes que vão ser utilizadas para a recuperação daquele solo, sempre com uma planta protegendo a outra. Então, até que a árvore frutífera consiga dar os seus frutos, as plantas que vão nascendo antes, como o milho, o feijão, dão proteção a ela”, descreve Marline Dassoler, missionária do Cimi e integrante do Coletivo Nacional de Formação da entidade.

Folhas de árvores próximas à área cultivada e cascas de mandioca remanescentes da casa de farinha da comunidade Tapuia serviram de proteção contra o sol forte e de adubo para as sementes recém lançadas à terra e revestidas também com cal virgem, utilizada para a correção da acidez do solo.

Depois que os últimos espaços de cerca de um metro quadrado foram cobertos pelas cascas e folhas, cada núcleo recebeu um nome e foi abençoado por todos, com pedidos de retribuição à terra.

Terra pobre

Entre risadas e suor, sob o sol intenso do cerrado, enquanto missionários, missionárias e indígenas revezavam as tarefas e contribuía com o mutirão, uma nova percepção foi surgindo nas rodas de conversa e trabalho: talvez a terra Tapuia não fosse, afinal, tão fraca assim.

“A intenção dessa aula viva era recuperar uma área degradada. E a gente viu que essa área Tapuia não está tão degradada, mas que acabava sendo prejudicada pela maneira de cultivo deles, baseada em apenas com



Após o plantio das sementes e árvores frutíferas em núcleos, os participantes da Aula Viva abençoaram a terra, pedindo por bons frutos

um tipo de cultura”, avalia Carlos Almeida, missionário do Cimi – Regional Goiás/Tocantins que trabalha junto ao povo Tapuia. “Eles perceberam que a terra pode ficar fraca, praticamente improdutivo para um tipo de cultura, mas que isso não impossibilita o cultivo de outras culturas”.

A área destinada para a realização da oficina fica próxima da Casa de Farinha Marly Tapuia, espaço coletivo da TI Carretão que é gerido pelas mulheres da comunidade. Ela era utilizada para o plantio da mandioca – e, nos últimos anos, os resultados do plantio vinham sendo desanimadores.

“Essa terra aqui nós pensamos que não estava prestando mais para nada”, conta Ana Lino, vice-presidente da Casa de Farinha. “A gente planta, planta e não colhe, fica só o serviço e as mulheres vão desistindo. Tudo que a gente plantava aí nascia fraquinho... então, com esse ensino, acho que vai dar para animar, para a gente continuar. O pedaço é grande, é só continuar plantando agora”.

O plantio de uma gama de sementes mais ampla do que apenas a mandioca, feito em núcleos, é uma forma de valorizar a diversidade – uma das formas da abundância trabalhadas na aula viva – e de fortalecer

o solo, considerado improdutivo.

Para Carlos, a oficina pode ser utilizada não apenas nos espaços de roça comunitária, mas também nos quintas das famílias Tapuia, que assumiram os pequenos lotes deixados pelos posseiros após a desintrusão da área demarcada.

“Como a área é dividida em lotes e a terra é pequena para o povo que já temos hoje, você consegue produzir em pequenos espaços. Eles vão conseguir produzir nos seus quintais, de onde vêm a maior parte da alimentação dos Tapuia: da criação de porco, do leite, das hortaliças, das frutas. É uma saída. Acho que esse foi o primeiro passo, de se abandonar os agrotóxicos e, a partir do que eles têm, fazer os próprios fertilizantes e defensivos”, avalia o missionário.

Para o padre Valério Sartor, condutor da aula viva, experiência com o uso e a recuperação da terra serviu para refletir sobre os conceitos de escassez e abundância trabalhados durante toda a aula viva.

“Se a gente começa com essa mentalidade de que o pobre já não serve, a gente acaba excluindo, e a ideia não é excluir. É perceber que nada se exclui, mas sim se recupera e se torna produtivo”, pondera o jesuíta.

Soberania, autonomia e diversidade

A proposta de realizar uma aula viva surgiu depois que missionários e missionárias do Cimi participaram de uma atividade que utilizava esta metodologia na TI Tikuna, no município de Benjamin Constant, Amazonas.

A possibilidade de adaptar o método para diferentes realidades convergiu com as discussões do Coletivo Nacional de Formação e do Conselho do Cimi sobre as economias indígenas – tema ainda mais caro num momento em que o governo federal, alinhado à extrema direita, propõe a abertura das terras indígenas para o grande capital, especialmente do agronegócio e da mineração.

“As economias indígenas são tudo aquilo que envolve a forma ou a sustentabilidade dos povos indígenas. É uma forma própria de se relacionar com o alimento, com o artesanato, com a economia. Elas não são padronizadas, cada povo tem sua própria forma de trabalhar sua economia, de ser sustentável”, explica Marline. “Trabalhamos esse conceito na perspectiva de fortalecer esses povos como sujeitos de sua soberania alimentar”.



Foto: Tiago Miotto/Cimi

O cacique do povo Tapuia, Dorvalino Augusto da Silva, observa a área de mata que ficou de fora da demarcação da TI Carretão

“Se todo mundo que pegou um pouquinho das sementes crioulas criar e passar para a comunidade, a gente vai poder trabalhar só com elas, sem precisar as sementes do governo nem utilizar agrotóxicos. Aí vamos ter outra saúde.”

Na aula viva, soberania alimentar e autonomia são quase sinônimos – e ambas estão intimamente ligadas à diversidade.

“Hoje, nos seus quintais e pequenas roças, os Tapuia produzem milho, feijão, fava, e também são muito ligados à produção de leite, que algumas famílias vendem na cidade de Rubiataba. Só que eles ficam muito dependentes, porque é a principal renda deles. Essa aula viva acaba propiciando ao povo diversificar sua fonte de renda”, avalia Carlos Almeida.

A perspectiva é reforçada pelo padre Valério, para quem a diversidade de cultivos também dá mais poder de negociação com as pessoas que compram a produção dos Tapuia. “Ser soberano é chegar ao ponto de dizer: ‘nós produzimos e vamos determinar o preço do que vamos vender’”, afirma ele. “Isso implica que você não passará fome nem necessidade, e você tem nessa diversidade de alimentação uma vida mais saudável”.

Outro aspecto trabalhado durante a oficina foi a coletividade. E nesse ponto, os Tapuia são claros em apontar que ela é uma das características abundantes de seu povo: seja para a construção de casas, para a limpeza dos roçados ou para o auxílio a um doente, os “mutirões” fazem parte do dia-a-dia dos indígenas e a organização coletiva foi determinante para conquistar a demarcação da terra. A Casa de Farinha Marly Tapuia, nomeada em homenagem a uma de suas fundadoras, também fortalece a união e a articulação do povo.

“Além de ter união entre as mulheres, tinha a ideia de ter um dinheirinho a mais também”, lembra Ana Lino Tapuia, que ressalta que os homens também ajudam no plantio da mandioca. “Aqui na casa de farinha não se fala só de farinha. Aqui se fala de saúde, se fala de educação, se fala de território... então, é também um espaço político do território”.

No terceiro dia, depois de muitas trocas, a aula viva da TI Carretão foi encerrada com o momento da colheita, simbolizada por um colorido banquete produzido a partir dos alimentos fornecidos pela própria comunidade.

“Se todo mundo que pegou um pouquinho das sementes crioulas criar e passar para a comunidade, a gente vai poder trabalhar só com elas, sem precisar as sementes do governo nem utilizar agrotóxicos. Aí vamos ter outra saúde”, empolga-se o cacique Dorvalino Tapuia.

Povo Tapuia, uma história de luta por terra e identidade

Custou ao povo Tapuia muitos anos de luta até que os atuais 1.743 hectares da Terra Indígena (TI) Carretão fossem demarcados, divididos em duas glebas, no final do ano de 1999. Em dezembro daquele ano, a retirada dos posseiros garantiu aos indígenas o usufruto de uma pequena porção do território que reivindicam como parte de sua terra tradicional. Foram anos de ameaças, conflitos e dificuldades, relembra o cacique Dorvalino Augusto da Silva.

“Eu sofri ameaça, mas não aconteceu. O posseiro me esperou, mas eu já tinha passado. Aí meu irmão veio depois e ele cercou, achando que era eu. Mas já não era mais”, recorda. “Graças a Deus não aconteceu nada, tanto no lado do indígena quanto no lado do posseiro”.

Logo após terem garantida a posse da TI Carretão, os Tapuia pediram à Funai a revisão dos limites da demarcação. Entre as principais preocupações do povo estava o fato de que os cemitérios e áreas de mata, utilizadas para a caça e a coleta de ervas e remédios tradicionais, ficaram de fora da terra indígena.

Além disso, a demarcação das duas glebas não foi contínua, o que deixou isolada a menor parte do território, conhecida como Carretãozinho. O cacique conta que, em 2009, o Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do relatório circunstanciado da terra indígena identificou que a área de ocupação tradicional do povo Tapuia correspondia a 48 mil hectares. Os indígenas, contudo, sofreram pressão para que a extensão de sua terra – sobreposta à qual estão propriedades da família do governador de Goiás, Ronaldo Caiado – fosse reduzida.

“Depois, reduziram para 23 mil hectares. Agora, falta só fazer o levantamento fundiário”, explica o cacique Dorvalino. “Dentro da área demarcada, hoje, não tem nenhum cemitério. Quando passou a demarcação, acionamos a Funai, e um grupo de lideranças cercou o cemitério. A gente que controla ele hoje”.

Ainda que incompleta, a mudança proporcionada pela conquista da demarcação teve consequência direta

sobre a vida dos indígenas. Até então, muitos Tapuia trabalhavam para os posseiros que ocupavam sua terra.

“Quando não tinha a demarcação, a gente sofria muito. Não dormia bem, toda hora vinha o fazendeiro, falava coisas para a gente. Parece que, tendo a demarcação, a gente tem outra saúde. Tem gente que fala: ‘Dorvalino, você está até mais novo. Naquele tempo, você era magrinho...’”, reflete o cacique.

“E não só isso. De 2000 para cá, a comunidade cresceu muito, porque antes ela era muito sofrida. Aí teve espaço, aumentou a criação do gado, e a comunidade não passou mais necessidade. Na época que Dom Carlinhos [Dom José Carlos de Oliveira, bispo da diocese de Rubiataba] veio aqui, a comunidade passava era necessidade, não tenho vergonha de falar. A comunidade comia muito era abóbora batida, porque não tinha arroz, não tinha nada para comer. Então, isso para mim tem um valor muito grande”, prossegue.

A luta por respeito e reconhecimento de sua identidade também é uma das longas batalhas travadas pelos Tapuia. Eles descendem de indígenas dos povos Kayapó, Xavante, Xerente, Karajá e Krahô que foram sendo removidos de suas terras e “transferidos” para o aldeamento criado no século XVIII na região da atual TI Carretão. O aldeamento, que ao longo dos séculos foi passando para a posse de não indígenas, recebia povos cujos territórios estavam no caminho das “frentes pioneiras” de exploração e integração do território brasileiro.

“O povo Tapuia nasce da união de povos diferentes mais a raiz negra, além do não índio”, explica a professora da escola indígena da TI Carretão, Silma Aparecida Lopes. “Aqui sempre teve esses povos diferentes, um pouco de Xavante, um pouco de Xerente, um pouco de Kayapó, que começaram a ser chamados de Tapuios. E esse nome, que era um nome genérico, passou a ser assumido como o nome do nosso povo”.

A professora explica que, além dos conflitos envolvendo a questão da terra, os Tapuia sofriam com a discriminação nas cidades próximas ao território. A educação escolar diferenciada e o fortalecimento da organização do povo, entretanto, tem fortalecido a identidade e a autoestima dos indígenas. Os festejos da Nossa Senhora do Rosário, retomados pelo povo após a demarcação, exemplificam essa mudança.

“Até hoje, a gente sofre preconceito, mas isso é vencido a cada dia, e cada vez mais as pessoas serão mais empoderadas. Hoje, se alguém me pergunta se eu sou Tapuia, eu não tenho mais vergonha de dizer que sim. Esse conhecimento da própria história é que fortalece”, avalia a professora indígena.

A revisão dos limites da terra indígena e a demarcação da totalidade do território Tapuia vai se tornando mais urgente à medida que o povo cresce. Ao longo de duas décadas, as cerca de vinte famílias Tapuia que viviam na TI Carretão cresceram e passaram a ser 52 famílias, com aproximadamente 215 pessoas, contabiliza o cacique Dorvalino.

“O Cimi apoia a luta do povo Tapuia desde os anos 1980 e nós vamos seguir acompanhando o processo de demarcação da terra. Os jovens estão casando e não têm local para construir suas casas, então começa a haver pressão interna para abrir a área de roça comunitária para a construção de casas. E aí a questão da sustentabilidade vai ficar ameaçada, porque já não se tem onde plantar, e também não se está tendo onde morar”, avalia o missionário Carlos Almeida. ♦

Foto: Tiago Miotto/Cimi



Um banquete feito com produtos do território Tapuia, ao final da atividade, simbolizou o momento da colheita na Aula Viva



ELA VAI SOBREVIVER?
ESTAMOS FAZENDO O
POSSÍVEL, MATINTA

ACHA QUE ELA VAI VOLTAR
... COMO ANTES?

PELO
METEORO-DEUS,
BRUXA! ELA É
SOMENTE UMA
CRIANÇA! VOCE
NÃO ACHA ...

ELA NÃO É UMA CRIANÇA
NORMAL, VITÓRIA! POR ISSO

KRIANÇA ÍNDIA TEM QUE VIVER!

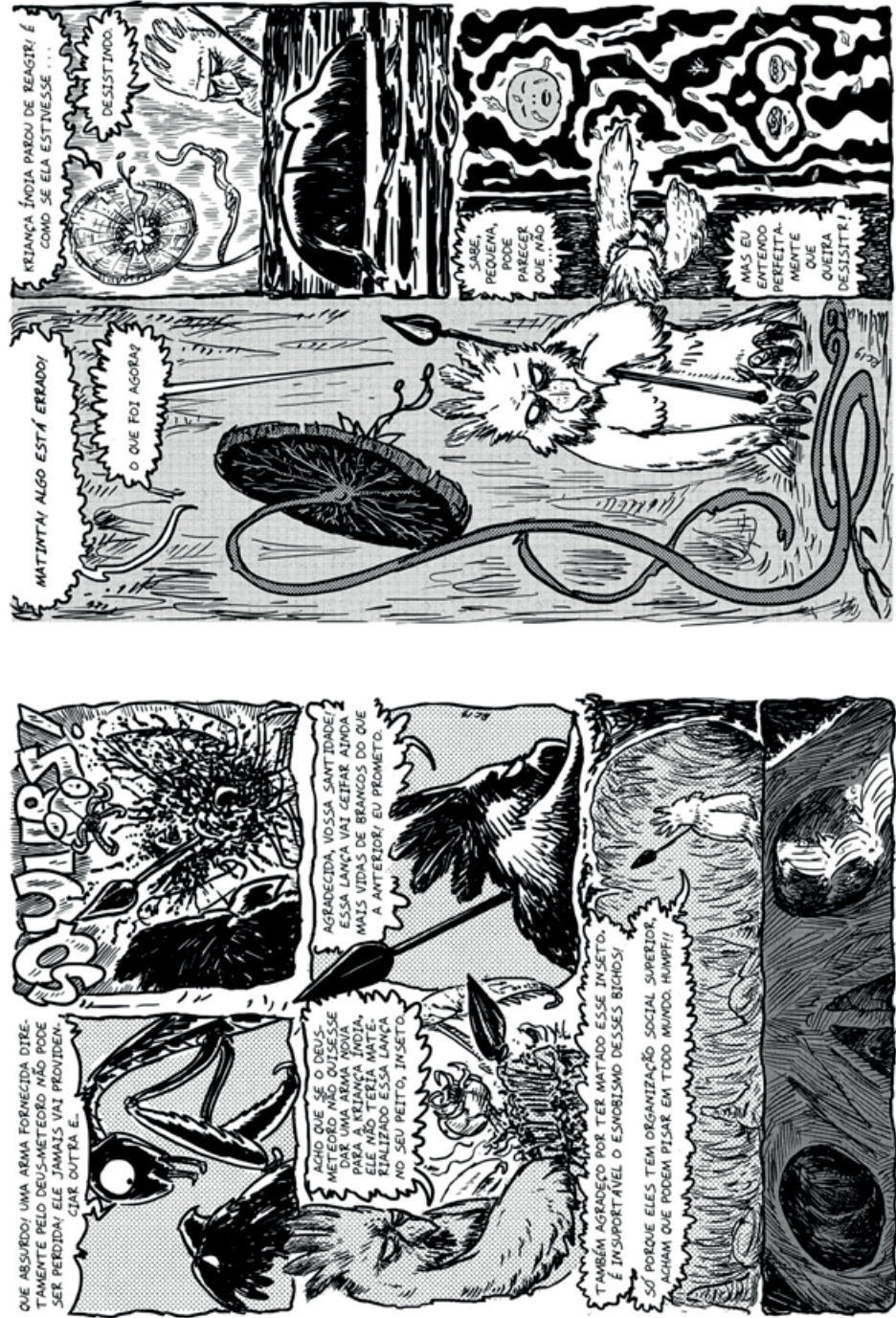
Por Rafael Campos Rocha



BRUXA, O
DEUS
METEORO
QUER ONTIR
VOCE!
VENHA
COMIGO.

SALVE DEUS-METEORO DE CUJA CABEÇA TODA A VIDA FOI GERADA! VENHO
IMPLORAR POR UMA NOVA CHANCE PARA NOSSA KRIANÇA ÍNDIA! JÁ
ESTÁ SE CURANDO NAS ÁGUAS SAGRADAS QUE PASSAM POR VOSSA
AUGUSTA OSSADA. MAS ...

MAS O QUE, BRUXA?
ELA PRECISA DE UMA NOVA
LANÇA! ELA PERDEU A OUTRA
NA GARGANTA DE UM INIMIGO
PODEROSO E CRUEL!



QUE ABSURDO! UMA ARMA FORNECIDA DIRE-
TAMENTE PELO DEUS-METEORO NÃO PODE
SER PERDIDA! ELE JAMAIS VAI PROVIDEN-
CIAR OUTRA E ...

ACHO QUE SE O DEUS-
METEORO NÃO QUIZESSE
DAR UMA ARMA NOVA
PARA A KRIANÇA ÍNDIA,
ELE NÃO TERIA MATÉ-
RIALIZADO ESSA LANÇA
NO SEU PEITO, INSETO!

MANTINTA! ALGO ESTÁ ERRADO!
O QUE FOI AGORA?

KRIANÇA ÍNDIA PAROU DE REAGIR! É
COMO SE ELA ESTIVESSE ...
DESSISTINDO

SABE,
PEQUENA,
PODE
PARECER
QUE NÃO
SABE ...

MAS EU
ENTENDO
PERFEITA-
MENTE
QUE
QUETRA
DESSISTIR!